

# Conservação, salvaguarda e valorização do Património Arquitectónico: opções, fases e suas vicissitudes

Miguel Malheiro<sup>1,\*</sup>   
Augusto Costa<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Universidade Lusíada Norte, Rua Dr. Lopo de Carvalho, 4369-006 Porto, Portugal

<sup>2</sup> Arquitecto, Rua Pereira de Novais, 237, 1.º dto., 4100-405 Porto, Portugal

\* [miguel\\_malheiro@sapo.pt](mailto:miguel_malheiro@sapo.pt)

## Resumo

A conservação e salvaguarda do Património Arquitectónico é um processo composto por várias fases cuja orientação metodológica e doutrinal se encontra suficientemente expressa nas várias cartas, convenções internacionais e legislação portuguesa. No entanto, a aplicação destas premissas em imóveis com uma grande complexidade funcional, formal e estilística, deve-se alargar ao todo edificado a que se associa o intangível das vivências e das rugas do tempo. As partes removidas ou as partes acrescentadas são também objeto de salvaguarda como um todo significativo, mesmo quando sobrepostas a uma estrutura de uma outra época, por gosto ou regra diferenciada, podendo consubstanciar leituras difusas nas opções a tomar na intervenção a levar a cabo. O artigo aborda este tema numa realidade concreta, o projeto de conservação, salvaguarda e valorização da Catedral de Beja, debatendo os princípios orientadores e a metodologia gerada no processo de conhecimento, reflexão, projeto e execução em obra, destacando o processo de intervenção no Património Arquitectónico e as vicissitudes a ele associados.

Conservation, protection and valorization of the Architectural Heritage: options, stages and its vicissitudes

## Abstract

The conservation and safeguarding of the architectural heritage is a process composed of several stages whose methodological and doctrinal orientation are sufficiently expressed in the various charters, international conventions and Portuguese legislation. However, the application of these premises in buildings with a great functional, formal and stylistic complexity should be extended to the whole built to which is associated the intangible of the experiences and the wrinkles of time. Removed or added parts are also subject to safeguarding as a significant whole, even when they are superimposed on a structure from another time, because the different taste or rule, and may constitute diffuse readings in the options to be taken in the intervention to be carried out. The article addresses this theme in a concrete reality, the project of conservation, protection and valorization of the Cathedral of Beja, debating the guiding principles and the methodology generated in the process of knowledge, reflection, project and execution in work, highlighting the process of intervention in Heritage and the vicissitudes associated with it.

## Palavras-chave

Património Arquitectónico  
Metodologias de intervenção  
Conservação e salvaguarda  
Catedral de Beja

## Keywords

Architectural Heritage  
Methodologies of intervention  
Conservation and protection  
Cathedral of Beja

ISSN 2182-9942



## Introdução

Conservar e valorizar o Património é, na sua essência, a salvaguarda do suporte físico de memórias e de vivências que lhe estão intrinsecamente associadas. O edificado é indissociável dos valores intangíveis aquando de uma intervenção física para a salvaguarda do Bem edificado. Inato ao Homem contemporâneo encontra-se o interiorizar da necessidade de saber, ver e sentir de onde veio, para decidir do seu caminho futuro. Essa necessidade leva-nos, portanto, a conservar, segundo um critério científico e atual, os testemunhos da vida, da arte e da cultura do passado que conseguiram chegar até nós, constituindo assim uma aspiração da sociedade contemporânea, como forma de combater o seu desenraizamento.

As motivações que nos levam a conservar determinados objetos estão relacionadas com os sentimentos de admiração, nostalgia, temor ou esperança que a comunidade deposita nesses objetos por os considerar testemunhos destacados, símbolos de atividades e relações sociais e por valorizar a criatividade e engenho dos seus autores e artífices. Para levar a cabo essas ações de conservação, salvaguarda e valorização do Património, exige-se a definição de critérios de intervenção, que as várias cartas, convenções e recomendações internacionais e a legislação portuguesa tentam implementar, através da definição de princípios que aspiram definir validades permanentes e universais. No entanto, verifica-se a dificuldade em definir teorias globais válidas para defrontar problemáticas diversas que surgem em cada ação em particular.

A definição dos critérios de intervenção é realizada com base no conhecimento do objeto e na reflexão sobre os objetivos a alcançar, claramente transpostos para o projeto de arquitetura, que trata de definir a ordem e a forma de execução dos trabalhos. No entanto, embora o projeto deva estar escrupulosamente definido e dimensionado, a sua execução em obra pode impor revisões contínuas das soluções construtivas previstas, porque a realização dos trabalhos no objeto arquitetónico permite aprofundar um conhecimento que é difícil de obter com os estudos prévios realizados, havendo a necessidade de adaptar soluções para que estas contribuam decididamente para a salvaguarda dos valores associados ao monumento. Sob este ponto de vista é particularmente importante a partilha de conhecimento das intervenções levadas a cabo no Património Arquitetónico, não no sentido de criar hipotéticas teorias universais de intervenção, mas antes, debater processos, critérios e meios de intervenção associados a objetivos concretos para objetos específicos, enquanto intercâmbio de ideias, sempre salutares nos meios científicos e no campo da intervenção no património em particular. É neste sentido que se elaborou este artigo para dar a conhecer as opções, fases e vicissitudes geradas no processo de elaboração do projeto de conservação, salvaguarda e valorização da Catedral de Beja, levado a cabo por uma equipa pluridisciplinar [1], focado mais no objeto a intervir do que como nele intervir.

## Do conhecimento à ação no objeto construído

O Património Cultural faz parte dos bens inestimáveis e insubstituíveis não só de cada país, mas de toda a humanidade. A perda, por degradação ou desaparecimento, de qualquer desses bens constitui um empobrecimento do Património de todos os povos do mundo. Pode-se reconhecer com base nas respetivas qualidades notáveis “um valor universal excepcional” a certos bens patrimoniais que, por essa razão, merecem ser especialmente protegidos contra os perigos cada vez maiores que os ameaçam e assim garantir a sua adequada identificação, proteção, conservação e valorização. Facto é que, com o decorrer dos tempos, toda a construção sofre modificações derivadas da sua utilização. Deste processo, as construções passam a ser testemunhos vivos de acontecimentos passados e do desenrolar da evolução social a que se junta uma beleza formal intrínseca. As partes removidas ou acrescentadas ao longo dos tempos devem ser tidas em conta como marcas vivenciais e ser objeto de conservação integrada, mesmo no caso de se sobreporem a uma estrutura de uma época ou de um estilo diferentes. Tendo como referência estes princípios basilares, o germinar da ideia de salvaguardar um Bem patrimonial deve ser sustentada pelas emoções empíricas alojadas no subconsciente do Homem que o motivam para a salvaguarda desse mesmo Bem enquanto objeto significativo e significativo da sociedade contemporânea e que o motiva a salvaguardá-lo para as sociedades futuras. Sustentar a encomenda corporizada nos valores associados ao Bem a salvaguardar, quer estes sejam valores tangíveis como intangíveis que lhe estão imbuídos, é o alicerce fundamental para informar o desenvolvimento do projeto e posteriormente a execução física da obra na perspetiva da conservação e salvaguarda do Património. Neste sentido, temos por referência que o objeto construído adquire o estatuto de monumento quando

compreende a criação arquitetónica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural [2].

Perante estes atributos associados ao objeto construído, concordamos com Jeroni Martorell, quando refere que

lo ideal sería no tener que restaurar sino conservar los edificios con cuidado constante. Pero se hay que añadir algo a un monumento, la mescla de los estilos es un signo de vida [3, p. l-11].

Estabelecidos os objetivos que norteiam o ato de intervir no Bem patrimonial, é possível em função deles estabelecer os meios e os mecanismos próprios

da disciplina necessários e imprescindíveis para poder alcançá-los de forma eficaz. Estes meios apoiam-se na leitura da *restauración objetiva* definida por Antoni Gonzalez Moreno-Navarro [3], que aqui se adaptaram à realidade concreta da Catedral de Beja, correspondendo de forma sucinta a quatro etapas e ações essenciais, que se passam a identificar:

- *conhecimento* do objeto em que se vai intervir, entendido como o conjunto de ações que conduzem a saber e compreender a complexa natureza do edificado e da sua envolvente, assim como as diversificadas circunstâncias que o enquadram no momento em que se programa o ato de intervir;
- *reflexão* pela qual, a partir da análise, são definidos os objetivos, a sua essência, as propostas gerais e os critérios de atuação, sempre em função dos designios que norteiam o ato de intervir;
- *intervenção* definida aqui como o ato de intervir sobre a materialidade do objeto patrimonial, quer sobre os materiais e os sistemas construtivos, quer sobre os bens móveis inerentes à sua fábrica, como meio de garantir e melhorar o seu estado de conservação, uso e significado do conjunto e inserção no território;

- *conservação preventiva* corresponde a uma última fase onde se inclui a manutenção do objeto, atuando diretamente ou indiretamente sobre ele, favorecendo o seu conhecimento e estima, contributo primordial para a sua salvaguarda.

Sublinha-se a necessidade da prática da manutenção como complemento indispensável para a conservação do Património, com o imprescindível envolvimento das populações locais e dos utilizadores do Património, em complemento a uma Administração que não pode ser omnipresente, autoritária e consequentemente castradora. Os princípios metodológicos enunciados baseiam-se no conhecimento e respeito pelos princípios norteados pelas cartas e convenções internacionais para a conservação e salvaguarda do Património, bem como na legislação do Estado português que, em “As bases da política e do regime de proteção e valorização do Património Cultural”, define como tarefa fundamental do Estado (no art.º 3.º, ponto 2)

Proteger e valorizar o património cultural como instrumento primordial de realização da dignidade da pessoa humana, objeto de direitos fundamentais, meio ao serviço da democratização da cultura e esteio da independência e da identidade nacionais [4].



**Figura 1.** Alçado principal e sul da igreja, onde se destaca a torre sineira, antes das obras.

## A constituição do projeto da Catedral de Beja

Recorrendo como exemplo da aplicação dos princípios e da metodologia expostos à intervenção de conservação, salvaguarda e valorização do património arquitetónico da Catedral de Beja, faz-se aqui uma reflexão sobre as opções tomadas, as fases e vicissitudes da intervenção. Sendo o promotor do projeto de intervenção a Diocese de Beja, a sua encomenda teve por objetivo primeiro a conservação, salvaguarda e valorização do Bem Patrimonial, assegurando como funcionalidade primeira a manutenção do edificado como espaço de culto religioso católico ao serviço da Diocese de Beja. Teve igualmente como objetivo integrar a visita à catedral num produto de *touring* cultural, associada a outros Bens Patrimoniais igualmente visitáveis, tornando-a fator dinâmico numa estratégia de desenvolvimento local e regional, criando condições potenciadoras para a cativação de visitantes.

### Do conhecimento à reflexão

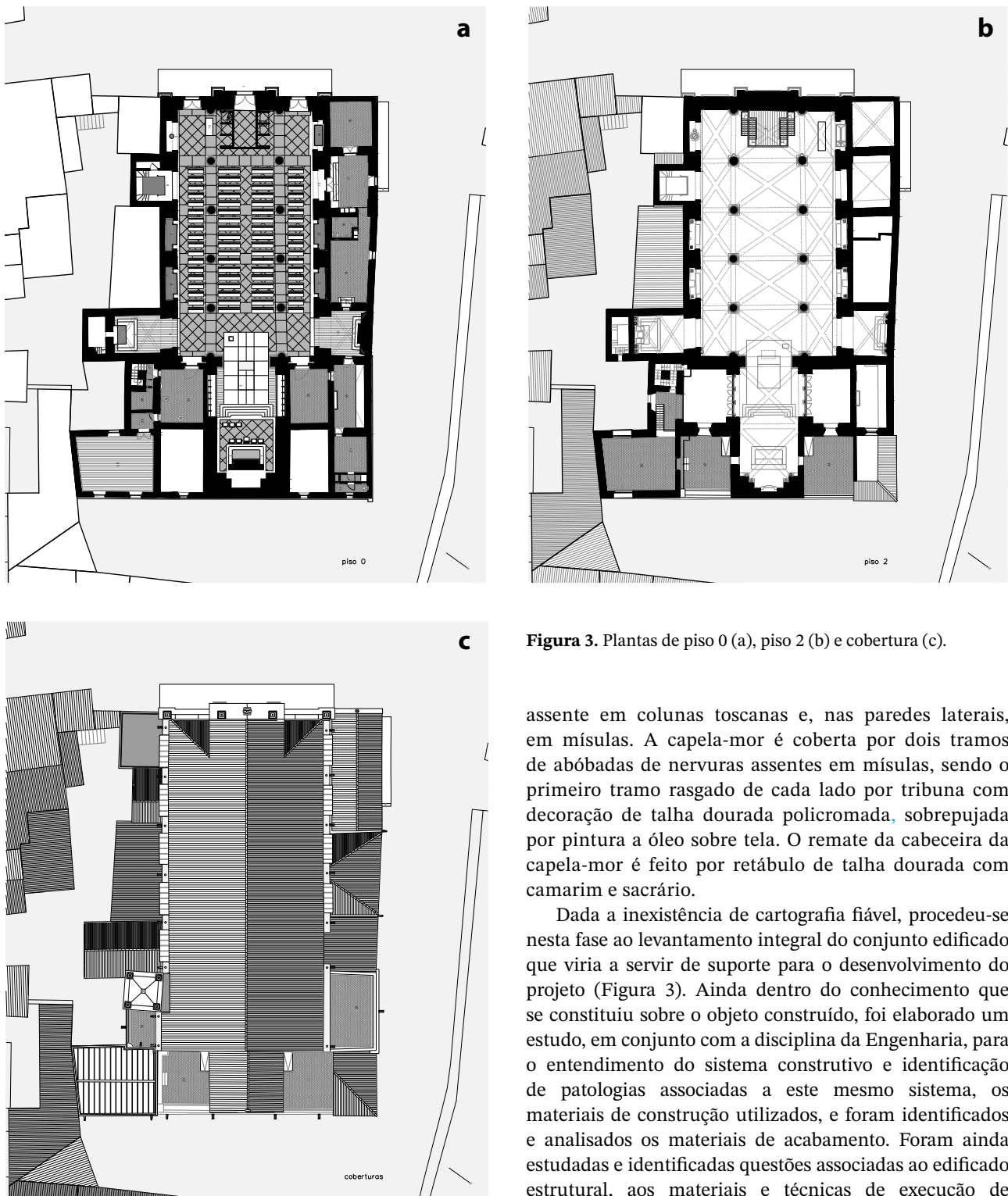
Com base na encomenda e de acordo com a metodologia enunciada, foi feita uma primeira abordagem

ao Bem patrimonial, a partir da qual foram definidos os objetivos, a sua essência, as propostas gerais e os critérios de atuação, que deveriam nortear a elaboração do projeto. Esta informação deu corpo à primeira etapa, anteriormente denominada por *conhecimento*.

A Sé Catedral de Beja, paróquia de Santiago Maior, é um edifício de grande presença urbana e desenvolve-se rematando o topo de um quarteirão a que está adossado, confrontando com o amplo largo no qual está localizado o Castelo (Figura 1). O conjunto edificado é propriedade da Diocese de Beja e tem associadas funcionalidades de culto religioso católico, nomeadamente como sede catedralícia da Diocese de Beja. O conjunto edificado não se encontra classificado, muito embora faça parte integrante da Zona de Proteção do Castelo, e, de acordo com a lei, daí resulte reger-se pelos princípios de salvaguarda inerentes ao definido para as zonas de proteção. De traço ao gosto maneirista, a estrutura primitiva do templo corresponde ao modelo das igrejas-salão muito divulgado na arquitetura maneirista do Baixo Alentejo. O espaço desenvolve-se num traçado longitudinal composto por três naves de cinco tramos, capela-mor e camarim, a que se adossam do lado direito, os volumes de diversas capelas laterais, a torre sineira e a casa do cabido e do lado



Figura 2. Alçado poente e alçado norte, com os corpos adossados, antes das obras.



**Figura 3.** Plantas de piso 0 (a), piso 2 (b) e cobertura (c).

esquerdo o cartório, a sacristia e diversos anexos (Figura 2). De volumes não articulados, a cobertura desenha-se em duas águas no corpo da nave e da capela-mor. Sobre os volumes que envolvem o corpo central da Igreja, surgem coberturas de uma água a que se associam troços com coberturas em terraço.

O interior do espaço de culto é dividido em três naves de cinco tramos cobertas por abóbada nervurada

assente em colunas toscanas e, nas paredes laterais, em mísulas. A capela-mor é coberta por dois tramos de abóbadas de nervuras assentes em mísulas, sendo o primeiro tramo rasgado de cada lado por tribuna com decoração de talha dourada policromada, sobrepujada por pintura a óleo sobre tela. O remate da cabeceira da capela-mor é feito por retábulo de talha dourada com camarim e sacrário.

Dada a inexistência de cartografia fiável, procedeu-se nesta fase ao levantamento integral do conjunto edificado que viria a servir de suporte para o desenvolvimento do projeto (Figura 3). Ainda dentro do conhecimento que se constituiu sobre o objeto construído, foi elaborado um estudo, em conjunto com a disciplina da Engenharia, para o entendimento do sistema construtivo e identificação de patologias associadas a este mesmo sistema, os materiais de construção utilizados, e foram identificados e analisados os materiais de acabamento. Foram ainda estudadas e identificadas questões associadas ao edificado estrutural, aos materiais e técnicas de execução de acabamentos, às dissonâncias e organização espacial, bem como foi efetuada uma primeira abordagem ao património integrado, nomeadamente quanto ao seu estado de conservação.

Relativamente à identificação arqueológica do sítio, foi recolhida a informação disponível, reservando-se para o decurso da obra o acompanhamento arqueológico, tendo em conta que, da informação recolhida e da intenção do projeto, não se justificava proceder de imediato a escavações.

Seguiu-se a fase de *reflexão*, a partir da informação recolhida para o conhecimento do conjunto edificado. Procedeu-se à análise da mesma e estruturaram-se os objetivos orientadores do projeto a ser desenvolvido, nomeadamente quanto às propostas gerais e aos critérios de atuação, sempre em função dos desígnios que norteiam o ato de intervir. Assim, definiram-se os critérios de intervenção para a execução do projeto, que integraram o estudo prévio aprovado pelo dono da encomenda, que se passam a enunciar:

- manter na íntegra os sistemas construtivos identificados, materiais utilizados na construção, bem como todos os materiais de acabamento;
- remover, na medida do razoável, os elementos dissonantes que perturbavam a leitura da unidade espacial, destacando-se aqui os pavimentos, os fingidos na cruzaria dos arcos das abóbadas, a perturbação da entrada de luz do exterior pelos vitrais colocados nos vãos da nave e capela-mor;
- proceder à reformulação e reorganização do interior dos volumes anexos da fachada norte;
- demolir o compartimento precário sob o vão do telhado do corpo da casa do cabido e construir novo volume para remate deste mesmo corpo;

- proceder à reformulação de todo o espaço de celebração e mobiliário, nomeadamente da nave;
- proceder à reformulação do guarda-vento da entrada principal da igreja;
- reformulação integral das redes infraestruturais de iluminação, de som, de telemática, de segurança e de deteção de incêndios, de abastecimento de água e de esgotos;
- remover o órgão de tubos existente na nave lateral esquerda (proposta recusada pelo dono da encomenda).

## O projeto

O *projeto* da Catedral de Beja teve por objetivo implementar ações que repusessem a espacialidade associada à tipologia da igreja-salão, de forma clara e autêntica e, ao mesmo tempo, procurar uma coerência de conjunto para os diversos volumes adossados às fachadas laterais em épocas distintas e com fins programáticos diversos, mas construídos com os mesmos materiais e sistemas construtivos (alvenarias mistas de tijolo, pedra e argamassa tradicional, sempre rebocadas e caiadas, tanto no exterior como no interior).



Figura 4. Vista das naves e capela-mor, antes das obras.



**Figura 5.** Obras de conservação de rebocos das abóbadas das naves

Relativamente ao corpo da igreja, o projeto contemplou a substituição dos pavimentos existentes, em mosaicos de mármore de pequena dimensão (Figura 4), por novos pavimentos em mármore da região, com uma dimensão adequada ao espaço e uma geometria inter-relacionada com a planta da igreja (Figura 3). Nas naves optou-se por utilizar a pedra que prolifera pelo edifício (em degraus, colunas, mísulas e molduras das capelas laterais) e pelas construções da cidade de Beja, o mármore de Trigaches, numa homenagem explícita à tradição

local. Embora a pedreira esteja já desativada, foi ainda possível obter os blocos suficientes para a execução dos pavimentos interiores da nave e dos espaços exteriores. A sua cor e textura permitiram criar uma unidade na leitura das naves que antes era difícil de obter devido à colocação anárquica do mosaico branco na maioria dos pavimentos da igreja. Na capela-mor, o mármore aplicado no pavimento foi o mármore branco de Vila Viçosa, em clara alusão ao mármore pré-existente, na tentativa de sublinhar o espaço de recolhimento e comunhão da cátedra, com estereotomia distinta do utilizado na nave, mas uniformizando este espaço de celebração, mármore esse também utilizado no desenho e execução do altar e do ambão.

Relativamente aos revestimentos das paredes e tetos abobadados, o projeto previu a sua conservação, com a substituição das argamassas deterioradas por argamassas tradicionais de cal e areia, com caiação final como acabamento. As nervuras falsas das abóbadas (Figura 5), adicionadas no século XIX, foram mantidas, mas caídas para uma leitura próxima da que teriam tido estes tetos na altura da sua execução.

A colocação das luminárias sobre os capitéis lisos das colunas e mísulas das naves procurou iluminar o espaço de forma abrangente e linear, através da reflexão da luz nas abóbadas brancas do teto, com uma gradação de intensidade até junto do pavimento cinzento, acentuada



**Figura 6.** Interior das naves depois das obras.

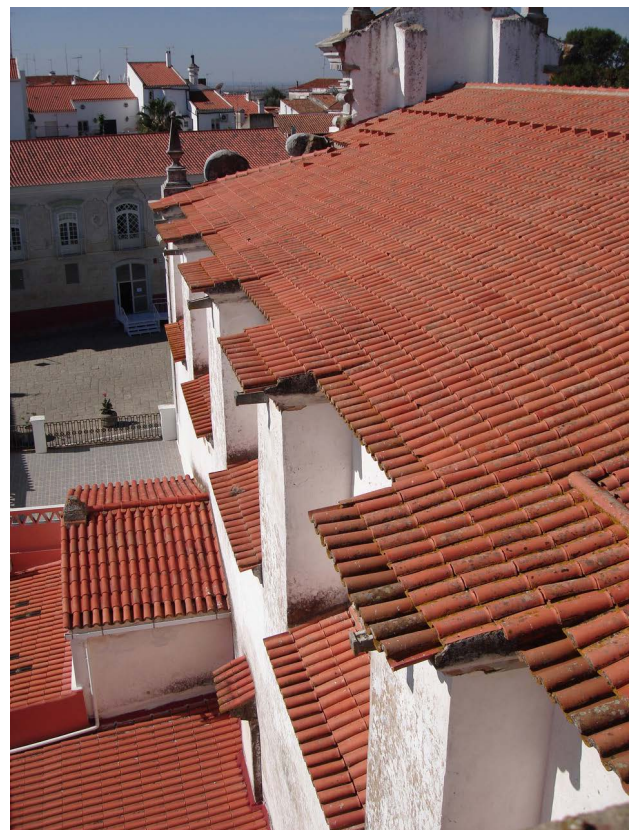


**Figura 7.** Cadeiral do espaço de celebração, depois das obras.

pelo novo mobiliário, desenhado com o princípio da diacronia, em madeira de castanho (bancos, guarda-vento e cadeiral) ligeiramente escurecida (Figura 6).

Quanto aos espaços anexos, o projeto procurou clarificar o programa aí existente, determinando a função dos serviços de apoio à diocese na ala esquerda e os serviços museológicos, que a encomenda pressupunha, na ala oposta. Foram corrigidas as diferenças de cota existentes entre alguns destes espaços e os espaços exteriores para garantir uma acessibilidade universal a vários desses espaços e a um sanitário preparado para pessoas com mobilidade reduzida. Os pavimentos em soalho foram conservados e os restantes pavimentos com acabamentos diversos foram uniformizados com a aplicação de tijoleira cerâmica artesanal, semelhante à existente na torre sineira. As paredes e os tetos foram tratados tal como na igreja.

Na ala direita, foi adicionado um novo volume sobre a sala do cabido, de cobertura plana, para uma maior coerência e articulação volumétrica destas construções adossadas à igreja (Figura 7). Este foi executado em alvenaria de tijolo cerâmico tradicional e estrutura de madeira, com revestimentos idênticos aos utilizados na restante construção. As coberturas inclinadas foram conservadas com a substituição integral do revestimento cerâmico e removidas as caleiras interiores e os beirais sobre contrafortes (Figura 8), promotores de diversas infiltrações, através do seu redesenho de forma



**Figura 8.** Vista das coberturas das naves e corpos anexos, com beirais a sobreporem-se a contrafortes, antes das obras.

aproximada às soluções originais do edifício (Figura 9). As coberturas planas foram conservadas e aplicada tijoleira cerâmica artesanal como acabamento, procurando repor a acessibilidade a todas elas para trabalhos de manutenção. Nas paredes exteriores, foram realizados novos rebocos com argamassas de cal e areia com acabamento a caição, semelhante ao existente, e limpas as cantarias com água nebulizada e escova de nylon.

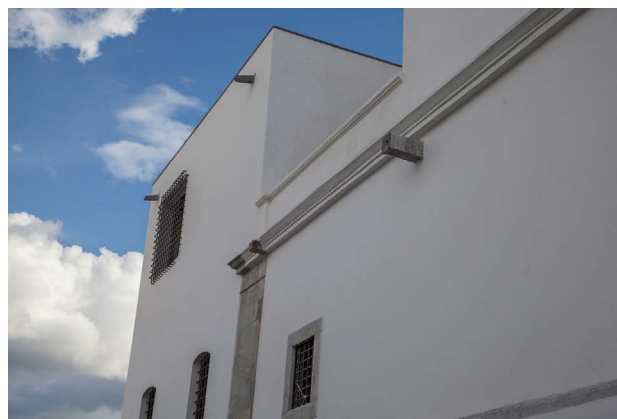
O projeto foi definido como um documento capaz de definir com todo o detalhe o conjunto e cada uma das ações que se viriam a realizar na intervenção no monumento, apresentando os resultados do diagnóstico e as conclusões da avaliação e programação dos trabalhos, assim como a explicação e justificação dos critérios particulares e os mecanismos técnicos e de desenho elaborados pela equipa projetista.

### As vicissitudes criadas em obra

Como ponto prévio, há que referir que a legislação em vigor para a contratação pública – o *Código de Contratos Públicos* [5] –, não salvaguarda a execução de trabalhos que envolvam materiais e técnicas de execução tradicionais, condicionante que dificulta de forma notória a qualidade final da obra. A título de exemplo, condicionado pela data de consignação da empreitada, o plano de trabalhos, associado ao prazo de execução, pode levar a que trabalhos como a execução de rebocos com argamassas tradicionais à base de cal venham a ser executados em épocas do ano não recomendáveis. No caso da obra da Catedral de Beja, este foi um facto real, tendo sido necessário proceder à proteção com sombreamento e nebulização aquando da execução dos rebocos exteriores, trabalho este que veio a honrar os custos previstos da empreitada.

No que referente à *intervenção* em si, a equipa técnica autora do projeto foi contratada para prestar assistência técnica ao dono de obra e, de imediato, foi confrontada com a ausência de conhecimento por parte deste do projeto aprovado pelo dono da encomenda. A interferência por parte do dono da encomenda, imbuída pelo gosto pessoal do seu representante em obra, e os problemas surgidos de leitura e de entendimento do projeto como um todo coerente levaram a sucessivos redesenhos do espaço de celebração. No final da obra, estes problemas tornaram-se evidentes pela sua descontextualização desse espaço em relação ao projetado, pondo em causa a coerência do todo.

Em obra, considera-se fundamental a presença e a autoridade da equipa de projeto para que este seja executado em conformidade e, no caso de tratar-se de uma intervenção sobre uma pré-existência, sejam ajustados, pontualmente, pormenores de execução preconizados em projeto. Essa presença é igualmente indispensável para a escolha ajustada de materiais e das corretas opções para a execução de acabamentos. Para esses ajustes de pormenor preconiza-se a execução de amostras e de protótipos. O ato de intervir para a conservação e salvaguarda do Património deve obrigatoriamente ser entendido como um todo alargado e coeso onde estão presentes o dono



**Figura 9.** Novo volume adicionado sobre a sala do cabido, depois das obras

da encomenda, as valências profissionais envolvidas no projeto, o dono da obra, o adjudicatário e o artífice detentor do saber-fazer com o objetivo primacial de respeito pela salvaguarda desse mesmo Bem.

### Conclusão

As ações de conservação e salvaguarda no Património requerem naturalmente tempo para transpor as fases da metodologia, aqui exposta, de forma consolidada. Cada uma destas fases e a sequência apontada são determinantes para a definição de critérios de intervenção adequados ao objeto construído específico em que se pretende exercer a ação. Isto acontece porque se pretende que a ação seja focada na resolução do diagnóstico efetuado sobre o monumento e não assente em prévios critérios de intervenção genérica.

A avaliação pretende planejar corretamente o fim a atingir e os meios para a sua concretização, procurando objetivos específicos para cada atuação, intimamente relacionados com os valores associados ao monumento em que se vai exercer a ação. É uma intervenção que questiona o como foi, como é, o que dele se pretende, para definir como vai ser. Desta forma, são definidos critérios de intervenção adequados à implementação dos objetivos traçados, previamente aceites por encomendador e equipa projetista, pressupondo-se a sua execução em obra de acordo com o delineado em projeto. Estes critérios de intervenção e objetivos previamente definidos apenas serão passíveis de alteração se o conhecimento sobre o monumento se alterar em obra, decorrente de novos elementos que ela poderá pôr a descoberto, e assim se tornar necessário adequar o projeto a novos achados encontrados ou tornar compatíveis materiais, técnicas construtivas, acabamentos ou outros elementos projetados com os elementos identificados em obra. Estas alterações devem suceder sempre em função do monumento e não em função de vicissitudes aliadas a fatores externos ao monumento, como alterações de programa, usos, escalas,


proporções, materiais ou outros que se relacionem mais com juízos estéticos do que com a autenticidade do monumento e os critérios de intervenção fixados para a sua conservação e salvaguarda.

## Agradecimentos

O autor Miguel Malheiro, investigador do CITAD (Centro de Investigação em Território, Arquitectura e Design, da Universidade Lusíada), agradece o financiamento pelos Fundos Nacionais através da FCT (Fundação para a Ciência e a Tecnologia) no âmbito do projeto UID/AUR/04026/2013.

## ORCID

Miguel Malheiro

 <https://orcid.org/0000-0003-3581-7822>

## Referências

- 1 Costa, A., Malheiro, M., Costa, A., Martins, A., 'Projeto para a conservação, salvaguarda e valorização do conjunto edificado. Sé Catedral de Beja, Beja, Beja, Santiago Maior. Projeto de execução' (2012).
- 2 'Carta de Veneza. Carta internacional sobre a conservação e o restauro de monumentos e sítios' (1964), in *Património Cultural*, Direção-Geral do Património Cultural, <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CartadeVeneza.pdf> (acesso em 2017-3-30).
- 3 Moreno-Navarro, A. G., *La Restauración Objetiva (Método SCCM e Restauración Monumental)*, 3 vols., Diputación de Barcelona, Barcelona (1999).
- 4 'Lei n.º 107/2001', *Diário da República – I Série-A*, 208 (8 de setembro de 2001) 5808-5829, <http://data.dre.pt/eli/lei/107/2001/09/08/p/dre/pt/html>.
- 5 'Decreto-lei n.º 18/2008', *Diário da República – 1.ª série*, 20 (29 de janeiro de 2008) 753-852, <http://data.dre.pt/eli/dec-lei/18/2008/01/29/p/dre/pt/html>.

**Recebido:** 2017-4-21

**Revisto:** 2017-5-19

**Aceite:** 2017-12-19

**Online:** 2018-1-16



Licenciado sob uma Licença Creative Commons  
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

Para ver uma cópia desta licença, visite  
<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.pt>.